



**REFLEXÕES SOBRE TRABALHO E ADOECIMENTO NO CONTEXTO CAPITALISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**  
**REFLECTIONS ON WORK AND ILLNESS IN THE CAPITALIST CONTEXT: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY**

Camila Gomes de Farias<sup>1</sup>, Camila Taíse de Sousa Figueiredo<sup>2</sup>, Hellita do Nascimento Fernandes<sup>3</sup> e Mônica de Almeida Barbosa<sup>4</sup>

v. 7/ n. 6 (2019)

Novembro

Aceito para publicação em 04/11/2019.

<sup>1</sup>Assistente social formada pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. E-mail: camiladefaria@live.com;

<sup>2</sup> Assistente social graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. E-mail: taísecamila9@gmail.com

<sup>3</sup>Assistente social formada pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. E-mail:

hellitanascimento2@gmail.com;

<sup>4</sup>Assistente social graduada pela Universidade Federal de Campina Grande/ Sousa -PB E-mail:

monicaalmeida2410@gmail.com.



<https://www.gvaa.com.br/rev>

X

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo contextualizar as mudanças no mundo do trabalho e suas implicações para a vida e saúde da classe trabalhadora, a luz da política de saúde do/a trabalhador/a. Desse modo, buscou-se analisar o processo histórico da organização do trabalho no sistema capitalista acentuando os fatores que podem levar ao adoecimento, em um contexto de precarização do trabalho e de desmonte dos direitos, que resultam em transformações contemporâneas do mundo do trabalho. As consequências da precarização trazem consigo impactos destrutivos na vida dos/as trabalhadores/as, sendo assim, ressalta-se a importância da discussão acerca do trabalho do/a assistente social, tendo em vista a sua complexa realidade laborativa. A partir deste percurso, apresentamos argumentos para defender que: 1) Os agravos à saúde dos/as trabalhadores/as é uma expressão da “questão social” em decorrência da organização e relações sociais de trabalho, da contradição entre capital/trabalho, compreendendo a totalidade do mundo do trabalho e das relações estabelecidas; 2) As novas características dos agravos à saúde dos/as trabalhadores/as relacionam-se com a reestruturação produtiva, com os novos modelos de produção, com a divisão internacional do trabalho e com as novas relações de trabalho, sendo esses aspectos apresentam dificuldades pra reconhecer que esses problemas são provenientes do trabalho; 3) A importância de se ter uma política específica direcionada para cuidar da saúde dos/as trabalhadores/as.

**Palavras-chaves:** Trabalho; Adoecimento; Saúde do trabalhador/a.

**ABSTRACT:** The aim of this study is to contextualize the changes in the world of work and their implications for the life and health of the working class, in the light of workers' health policy. In this way, we sought to analyze the historical process of work organization in the capitalist system, highlighting the factors that can lead to illness, in a context of job insecurity and the dismantling of rights, which result in contemporary transformations in the world of work. The consequences of precarious work have destructive impacts on the lives of workers, which highlights the importance of discussing the work of social workers, given their complex working reality. From this point of view, we present arguments to defend that: 1) Workers' health problems are an expression of the "social question" as a result of the organization and social relations of work, of the contradiction between capital and labour, comprising the totality of the world of work and the relations established; 2) The new characteristics of workers' health problems are related to productive restructuring, new production models, the international division of labor and new labor relations, and these aspects make it difficult to recognize that these problems come from work; 3) The importance of having a specific policy aimed at taking care of workers' health.

**Keywords:** Work; Illness; Workers' health.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como ponto de partida a investigação da relação entre o processo de trabalho e os problemas de saúde que afetam a classe trabalhadora. Estes problemas são decorrentes das contradições entre capital e trabalho, visando compreender e visualizar os fenômenos que agravam a saúde dos trabalhadores. O desemprego estrutural, entendido como uma manifestação significativa nas condições de vida e saúde é considerada uma expressão das implicações do mundo do trabalho nos determinantes sociais do agravamento da saúde dos trabalhadores.

A análise mais aprofundada revela a relevância do tema, destacando a relação entre as condições de trabalho, os impactos na saúde física e mental e a importância do trabalho na contemporaneidade para determinar a saúde do trabalhador. As características da reestruturação produtiva estão diretamente relacionadas aos agravos à saúde dos trabalhadores.

A política de saúde do trabalhador percorre um caminho não linear, sujeita a avanços e retrocessos, refletindo a relação entre Estado e sociedade. A "Questão Social" e o modo de produção social impactam nos agravamentos à saúde dos trabalhadores, sendo essencial compreender o papel da mediação na efetivação da Política de Saúde do Trabalhador.

A discussão enfatiza a indissociabilidade da compreensão da Política de Saúde do Trabalhador com o modo de produção capitalista e as relações estabelecidas. Destaca-se a importância de abordar os fatores que afetam a saúde dos trabalhadores e busca respostas para a questão de como o trabalho pode levar ao adoecimento.

O estudo não apresenta uma conclusão definitiva, pois busca apreender o movimento da realidade social e a correlação dos agravos à saúde dos trabalhadores. A reestruturação produtiva, caracterizada por automação, super qualificação, polivalência e desregulamentação do trabalho, está diretamente relacionada aos agravos à saúde dos trabalhadores. O constante temor do desemprego resulta em uma maior subordinação ao capital, condições precárias de trabalho e influencia significativa na saúde dos trabalhadores, gerando instabilidade e insegurança.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Para iniciar, é fundamental compreender que o conceito de trabalho abrange múltiplos significados, sendo não apenas uma atividade essencial para a estrutura social, mas também um meio de satisfazer

necessidades humanas. Além disso, o trabalho é uma forma de realização pessoal, de desenvolvimento de habilidades e de integração na sociedade.

A polissemia desse conceito assume uma dimensão política quando observada a partir de interesses antagônicos de classe. Na sociedade capitalista, essa dicotomia é evidenciada pela divisão entre os proprietários dos meios de produção e os detentores da força de trabalho. O embate político resultante dessa correlação de forças permeia a qualidade de vida do trabalhador em um cenário de precarização do trabalho, refletindo diretamente na saúde do trabalhador.

Na contemporaneidade, o dilema das mudanças produtivas avança lado a lado com inovações tecnológicas, mas, preocupantemente, impacta negativamente na saúde do trabalhador. Agravando essa situação, as relações de trabalho inseguras geram desconforto físico e mental na classe trabalhadora.

As transformações no mundo do trabalho, como o desemprego, a terceirização, a precarização e a falta de segurança trabalhista, têm repercussões diretas na vida dos trabalhadores, comprometendo sua saúde diante das imposições do sistema capitalista.

Portanto, a relação social de trabalho, quando analisada em uma perspectiva ampla da organização social, está intrinsecamente ligada aos fatores que contribuem para o adoecimento, abrangendo desde doenças físicas até problemas psicológicos. Essa abordagem holística é crucial para compreender e abordar os desafios enfrentados pelos trabalhadores no cenário atual. O Trabalho, no modo de produção capitalista, é determinado pelo processo de produção, no qual acidentar e adoecer são resultantes de relações sociais em que o trabalhador se torna apêndice da máquina. O trabalho que deveria gerar prazer, felicidade, na ordem do capital, causa fadiga, doenças, acidentes, sofrimentos físicos e mentais. Muitos acidentes de trabalho, quando não matam, podem deixar mutilações e dependências para a vida toda (LARA, 2011, p.79).

As formas de adoecimento relacionadas ao trabalho e acidentes refletem as transformações no mundo laboral, onde a tecnologia moldou um perfil ocupacional caracterizado por automação, digitalização, multifuncionalidade e polivalência. Essas mudanças têm impactos significativos, como flexibilização, intensificação do ritmo de trabalho, longas jornadas, pressão por produtividade e insegurança no emprego.

Conforme Antunes (2010), a flexibilização influencia as alterações no modo de produção capitalista, tanto nas relações de trabalho, controlando a capacidade laboral, quanto na limitação da vida privada, resultando no desmantelamento da legislação trabalhista. Com todo esse avanço tecnológico, surge a ilusória concepção do tempo livre, que só se concretiza por meio do desemprego.

A origem dos problemas de saúde decorre das diversas facetas do capitalismo, incluindo a pressão que torna o ambiente de trabalho propenso a doenças. O individualismo, expresso na falta de solidariedade e na falha da organização coletiva, contribui para o aumento dos problemas de saúde mental, incluindo o suicídio como uma expressão dessa problemática.

A compreensão dos determinantes do processo de saúde inclui o ambiente de trabalho, as exigências e demandas, bem como aspectos físicos e emocionais. Como resultado, os trabalhadores estão sujeitos a diversos tipos de adoecimento, como estresse, Síndrome de Burnout, depressão e ansiedade.

O estresse é definido como "o processo pelo qual a pessoa percebe e responde a eventos considerados prejudiciais, ameaçadores ou desafiadores" (SOUZA; CALDAS; ANTONI, 2017, p. 101). No contexto da saúde dos trabalhadores, o estresse está relacionado à quantidade excessiva de trabalho, ritmo intenso, pressão por cumprimento de metas e polivalência.

A evolução do estresse para uma forma crônica resulta na Síndrome de Burnout, uma condição psicológica com implicações nos aspectos interpessoais. A Síndrome de Burnout (SB) é considerada uma Síndrome Psicológica decorrente da tensão emocional ou estresse crônico vivenciada pelo trabalhador, em seu ambiente de trabalho, gerando importantes questões ocupacionais e sociais. É caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal, podendo acometer, principalmente, profissionais cujo trabalho requer contato direto com o público, exposição à tensão e estresse intensos, e aqueles que envolvem cuidados com saúde. Seus sintomas podem ser físicos (fadiga crônica, cefaleias, insônia, transtornos gastrointestinais, perda de peso, dores musculares, entre outros), cognitivo-afetivos (distanciamento afetivo, irritação, receios, falta de concentração, baixa autoestima, pessimismo, indecisão, entre outros) e comportamentais (faltas ao trabalho, abuso de drogas, condutas violentas, comportamentos de alto risco, entre outros) (SOUZA; CALDAS; ANTONI, 2017, p. 101).

A título de maiores informações, Ferreira (2016) fundamenta essa questão salientando doze fases que passam o desenvolvimento da síndrome de Burnout.

Necessidade de se afirmar ou provar ser sempre capaz; 2. Dedicção intensificada – com predominância da necessidade de fazer tudo sozinho e a qualquer hora do dia; 3. Descaso com as necessidades pessoais. Por exemplo: comer, dormir, sair com os amigos começam a perder o sentido; 4. Recalque de conflitos: o portador percebe que algo não vai bem, mas não enfrenta o problema. Quando ocorrem as manifestações físicas. 5. Reinterpretação dos valores – isolamento, fuga dos conflitos. O que antes tinha valor sofre desvalorização: lazer, casa, amigos, e a única medida da autoestima é o trabalho ou o estudo. 6. Negação de problemas – nessa fase os outros são completamente desvalorizados, tidos como incapazes ou com desempenho abaixo do seu. Os contatos sociais são repelidos. Cinismo e agressão são os sinais mais evidentes. 7. Recolhimento e aversão a encontros sociais (anti-socialização). 8. Mudanças evidentes de comportamento (dificuldade de aceitar certas brincadeiras com bom senso e bom humor). 9. Despersonalização (evitar o diálogo e dar prioridade aos e-mails, mensagens, recados etc.); 10. Vazio interior e sensação de que tudo é complicado, difícil e desgastante; 11. Depressão – marcas de indiferença, desesperança, exaustão. A vida perde o sentido; 12. Finalmente, a síndrome de Burnout propriamente dita, que corresponde ao colapso físico e mental. Esse estágio é considerado de emergência e a ajuda médica e psicológica tem que ser prestadas com urgência (FERREIRA, 2016, 02).

A relação entre trabalho e saúde destaca-se na contemporaneidade como um campo significativo de manifestação da depressão, uma doença que se apresenta de maneira abrangente e intensa. Conforme dados da Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS, 2017), previa-se que a depressão se tornaria a principal causa de afastamento no âmbito profissional até o ano de 2020. Estima-se que cerca de 120 milhões de pessoas em todo o mundo sejam afetadas por essa condição, sendo aproximadamente

17 milhões no Brasil, o que coloca o país como líder em incidência na América Latina. Atualmente, a depressão é responsável pelo falecimento de 850 mil pessoas no Brasil.

É fundamental salientar que a discussão sobre a saúde dos trabalhadores ganha relevância no contexto do processo de adoecimento, considerando uma perspectiva de classe e a ampliação da exploração da força de trabalho. Nesse contexto, torna-se crucial direcionar o debate para a profissão de Serviço Social e sua posição no cenário contemporâneo, enfrentando os desafios que se apresentam.

O trabalho profissional do/a Assistente Social, na contemporaneidade, encontra-se inserido em um contexto de condições sociais que singularizam a profissão. Isso se deve à contradição existente entre a resposta às demandas da classe trabalhadora e a participação na lógica do capital, marcada pela dominação e exploração. O processo, conforme destacado por IAMAMOTO (2014), é caracterizado pela perspectiva de continuidade ou de possibilidades de transformação.

O cenário de precarização, presente na atualidade, apresenta diversos aspectos, tais como terceirização, emprego temporário, informalidade, polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, além da culpabilização dos trabalhadores por seus sucessos ou fracassos.

Diante desse panorama, a prática profissional do/a assistente social se depara com um pragmatismo e imediatismo em uma realidade de práticas retrógradas, reforçando abordagens conservadoras e culpabilizando o sujeito pelas adversidades oriundas do Modelo de produção capitalista. Além disso, observa-se a não compreensão da incompatibilidade entre os objetivos profissionais e os institucionais, especialmente no que se refere ao Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS).

Os desafios impostos ao Serviço Social pela invasão neoconservadora se refletem em um elevado número de assistentes sociais ativos/as, com destaque para a expansão do Ensino de Educação a Distância (EAD), que, a curto prazo, forma inúmeros/as profissionais por ano. Isso acarreta implicações para o exercício profissional, transformando-o em um exército assistencial de reserva, gerando inseguranças no trabalho e incentivando a ampliação do lucro educacional. Esses aspectos resultam na precarização do ensino e do trabalho profissional, impactando diretamente no processo de trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos/as, comprometendo a direção social do projeto profissional.

Os espaços em que os/as assistentes sociais atuam são historicamente determinados pela crise estrutural do capital desde a década de 1970, estendendo-se até os dias atuais com a concepção de reorganização do capital. As mudanças nesses espaços acompanham o avanço tecnológico e a lógica do capital, considerando o processo histórico, controlando as esferas da vida e os modelos de organização do trabalho. O exercício

profissional apresenta particularidades nas condições e nas relações de trabalho, com novas demandas, novas exigências, correlações de poder e a presença marcante da maximização do tempo e da precarização do trabalho.

A existência de políticas voltadas para o cuidado com a saúde dos trabalhadores é de extrema importância, abrangendo a prevenção e a melhoria quando o Sistema Único de Saúde (SUS) assume suas responsabilidades. Destaca-se, assim, a relevância da construção histórica e social dessa política, enfatizando a compreensão dos determinantes históricos. Diante dos agravos à saúde dos trabalhadores, o Estado redireciona seu papel, atuando na Medicina do Trabalho (MT) e na Saúde Ocupacional (SO).

A política de saúde do trabalhador representa um marco significativo de lutas e conquistas, sendo fruto de uma construção histórica manifestada pela iniciativa dos sindicatos. Essas iniciativas visavam não apenas aumentos salariais, mas também a assimilação da saúde como um determinante crucial no ambiente de trabalho. Nesse contexto, a intervenção estatal torna-se essencial, assumindo a responsabilidade de regular o ambiente laboral.

Conforme Lourenço (2009) destaca, a compreensão dos agravos à saúde dos trabalhadores vai além da imediatividade, revelando a contradição entre o fenômeno e a essência. A aparência dos fatos muitas vezes apresenta as causas de forma naturalizada e individualizada, como é o caso da culpabilização por acidentes de trabalho.

Diante do exposto, acredita-se que as discussões apresentadas ao longo deste trabalho possam estimular debates mais amplos sobre o adoecimento relacionado ao trabalho. Isso se justifica pelo entendimento de que "saber quais são as doenças e mortes que afetam os trabalhadores é fundamental para compreender a realidade, planejar ações e envolver-se com outros serviços, especialmente os sindicatos das categorias profissionais [...]" (LOURENÇO, 2009, p. 371).

Entender a saúde dos trabalhadores no contexto do capitalismo contemporâneo implica reconhecer que as características do processo produtivo dentro do sistema capitalista têm sérias ramificações para a saúde laboral. No âmbito desse sistema, a lógica capitalista se apropria do trabalho alheio por meio da exploração e expropriação da força de trabalho, envolvendo longas jornadas e excesso de trabalho. Em resumo, o modo de produção capitalista exerce um impacto prejudicial à saúde da classe trabalhadora.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, o objetivo central foi analisar de maneira específica a categoria do trabalho, com foco na discussão da profissão de Serviço Social. Foram abordados temas como o processo histórico da organização do trabalho no sistema capitalista, as relações sociais laborais, a intervenção do Estado, os determinantes dos

agravos à saúde dos trabalhadores e a construção do campo do Serviço Social voltado para a política de saúde do trabalhador.

A inclusão da Política de Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS) resulta da correlação de forças entre as classes sociais, consolidada a partir da década de 1870, que unificou o campo da Saúde do Trabalhador. Esse contexto desempenha um papel determinante para essa política, fundamentando sua orientação e sustentação. Destacam-se o conhecimento e a participação dos trabalhadores na relação entre trabalho e saúde, com base na organização e em categorias ampliadas do processo de trabalho.

Ao longo do tempo, essa política é progressivamente institucionalizada como uma política pública, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a implementação da lei orgânica de saúde. Esses marcos são essenciais para o desenvolvimento da Política de Saúde como um direito universal garantido pelo Estado, promovendo atendimento descentralizado e participação democrática, princípios orientados para a política de saúde do trabalhador.

Assim, buscou-se compreender a política de saúde do trabalhador considerando a dualidade existente, que, no contexto da sociedade capitalista, se manifesta como manutenção da ordem vigente, mas também como resultado das reivindicações da classe trabalhadora na busca por melhores condições de vida e acesso à riqueza socialmente produzida.

Pode-se, portanto, afirmar a apreensão da realidade de saúde e trabalho parte da premissa de compreender que o movimento da contradição capital/trabalho e o papel do Estado, onde o alargamento da exploração da força de trabalho é cada vez mais acentuado e concentrado. Desse modo, explana-se a crítica ao modelo de acumulação flexível, que acentua a decorrência de doenças, tanto mentais como físicas, bem como os acidentes, sendo esses resultantes de condições precárias, relacionadas a pressão e ritmos intensificados.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

cidade&Itemid=839>. Acesso em: 16 fev. 2019.

FERREIRA, F P. D. Síndrome de Burnout entre os estudantes. 2016. Disponível em: <http://www.mhrpsicologos.com.br/artigos/sindrome-de-burnout-entreos-estudantes/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez: 1988

LARA, R. **Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política**. R. Katál.,

Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 78-85, jan./jun. 2011.

LOURENÇO, E. A. de S.; BERTANI, I. F. Saúde do trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 121-134, 2007.

LOURENÇO, E. A. de S. O mundo do trabalho adocece. Estudos do Trabalho. **Revista da RET**, número 3, 2008.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estresse no ambiente de trabalho cobra preço alto de indivíduos, empregadores e sociedade**. 2016a. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5087:estresse-no-ambiente-de-trabalho-cobra-preco-alto-de-individuos-empregadores-eso](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5087:estresse-no-ambiente-de-trabalho-cobra-preco-alto-de-individuos-empregadores-eso)>. Acesso em: 28 fev. 2019.